

Editorial 63 – Liberdade de comércio e a estabilidade cambial

Por: Heitor Carvalho

O objectivo primeiro da Secretaria de Estado do Comércio (SEC) deve ser o de garantir um número crescente de operadores e um valor crescente de transacções comerciais, medido através das declarações de actividade apresentadas à AGT. Todos os restantes são objectivos subordinados.

Isto implica um enorme trabalho de protecção do comerciante e do camionista face a todo um grupo de pessoas que se aproveita da sua actividade. É fundamental que os comerciantes e camionistas sintam os benefícios da acção do Estado.

A primeira medida para que este objectivo se cumpra é a redução urgente e profunda das normas que conformam a actividade comercial. Depois, que seja terminantemente proibida qualquer exigência da parte de qualquer outra autoridade que não a ANIESA sobre estes agentes económicos; e, sobretudo, que se reverta o desastroso caminho que está a seguir esse importantíssimo órgão de fiscalização, voltando a centralizar a sua direcção operacional. A actual dispersão da hierarquia funcional sobre os inspectores só está a redundar em corrupção gravíssima, em desprestígio para um órgão de importância vital e num cada vez menor cumprimento das regras.

Regras muito lindas que ninguém cumpre não são boas regras; e inspecções que passam multas ou recebem gasosas não são boas inspecções. Boas regras e boas inspecções são aquelas que garantem que a maior parte dos operadores cumpre! Uma forma de avaliar boas regras e boas inspecções é a introdução de “clientes mistério” que usem os serviços dos comerciantes e observem se cumprem o conjunto restrito de regras que forem seleccionadas.

O outro objectivo subordinado é o preço. Grande parte dos custos de produção e da resistência à formalidade vêm de regras que, aparentemente, são passíveis de serem cumpridas, mas que tornam os produtos dos agentes cumpridores demasiado caros. Na selecção, um papel fundamental deve ser dado não apenas à exequibilidade mas também aos custos que as regras acarretam. Para que os preços baixem é necessário não haver regras que tornem os bens e serviços demasiado caros para o mercado nacional!

Todos reconhecemos a forte dependência dos preços relativamente aos rendimentos do petróleo. A única forma de sairmos dessa incerteza e instabilidade é quebrar a dependência petrolífera, desenvolvendo a produção nacional. O comércio desempenha aqui um papel fundamental na condução dos produtos da cidade para os campos e destes para as cidades e outras províncias. Sem comerciantes e camionistas não haverá um abastecimento regular ao campo nem escoamento dos seus produtos para as cidades. É necessário que os comerciantes sejam incentivados a comprar sementes melhoradas, adubos, catanas, arados, mini-tractores, kupapatas, “latarias”, vestuário, etc.; os camponeses precisam de poder comprar estes produtos para se sentirem motivados a produzir mais, alcançando os níveis tradicionais de produtividade que foram perdidos.

Uma condição essencial para que haja preços baixos é o estado das estradas. Na actual situação, o transporte demora demasiado tempo, os veículos estragam-se e as suas peças e paralisação tornam a actividade comercial irregular e muito cara, com ambos os factores a pressionarem fortemente os preços finais.

É necessário perceber-se que a nossa produção é menos eficiente do que a estrangeira, porque possui menos tecnologia e conhecimento e domina mal os mercados; é, portanto, mais cara! Se não fosse não necessitaria de protecção. É preciso aceitar que os preços no nosso país devam ser mais caros do que os preços importados; é vital que isto aconteça para que possamos desenvolver a nossa competitividade. Sem passarmos por uma fase de preços mais altos, compatíveis com a competitividade da nossa produção, é evidente que esta não se desenvolverá. É importante ressaltar que a cobertura actual das nossas importações pelas exportações não petrolíferas é pouco superior a 10%; sem o petróleo teremos de prescindir de 90% do que importamos. **Não há alternativa à produção interna e não há alternativa a que vivamos com preços mais elevados do que os que se conseguem importando!**

Já ressaltámos a importância do comércio interno para o desenvolvimento da produção interna. Cabe agora falar do comércio externo.

As importações têm um papel fundamental no desenvolvimento da produtividade interna e este deve ser um objectivo subordinado fundamental para que se garanta o controlo de preços. Proibir ou condicionar administrativamente as importações, como faz o DP 23/19, é, do nosso ponto de vista, o mais errado que se pode fazer. Na verdade, o objectivo que se persegue com a protecção da produção interna é o de aumentá-la, melhorar a sua produtividade e competitividade e baixar os preços no consumidor. Sem a concorrência externa, este objectivo de melhoria e aprendizagem não se alcança nem são atraídos novos investimentos que aumentem a produção.

A protecção à produção interna deve fazer-se através da pauta aduaneira. As taxas aduaneiras devem ser dinâmicas, com revisões anuais ou semestrais e assentes sobre alguns princípios básicos: uma taxa de protecção geral da actividade que compense os custos de contexto (energia de gerador, água de cisterna, mau estado das estradas, etc.) e atraia novos investimentos e cujo compromisso de redução seja explícito em função da previsão da solução do problema das infra-estruturas pelo Estado; taxas específicas que protejam especificidades de indústrias existentes, também com um compromisso de redução explícito, que situem os preços das importações ligeiramente acima dos da “produção interna“ mais eficiente, forçando os empresários menos eficientes a melhorar rapidamente e os mais eficientes a trabalhar para se manterem no mercado quando a taxa se reduzir; e taxas sociais, que reduzam a pressão sobre as importações de luxo, aliviando a taxa de câmbio.

Porém, sendo o preço das importações determinado pela taxa de câmbios e a taxa de protecção aduaneira, é fundamental a sua indexação, de tal forma que os produtos importados mantenham o seu preço se houver variações cambiais.

Em períodos de escassez, resultantes da redução das importações por insuficiência de divisas o perigo de especulação torna-se mais eminente. A REA deve garantir a segurança alimentar, não ser um instrumento de regulação de preços ou de promoção da produção interna. Não faz qualquer sentido fazer desta reserva um instrumento para a baixa conjuntural de preços, aproveitando uma taxa de câmbio com a qual a produção interna é incapaz de competir. Esta linha de acção contraria o objectivo estratégico de redução da dependência dos preços relativamente aos rendimentos petrolíferos. A REA deve comprar internamente, aos preços dos melhores produtores e, se não houver produção interna suficiente competitiva, deve importar. A colocação das importações no mercado a preços que permitam a competitividade interna deve ser assegurada pelas

taxas aduaneiras, não pela REA. A REA deve actuar como auxiliar da regulação de preços apenas pelo facto de manter o mercado convenientemente abastecido apesar da crise e forçando os restantes importadores a seguir a sua liderança. A REA ainda não foi testada nestas condições e precisa de se preparar para esta eventualidade.

Em resumo, os preços devem ser marcados pelas condições de produção dos melhores produtores internos. Para os produtos que não são produzidos há que trabalhar no sentido de nos aproximarmos o mais possível das hipotéticas condições de produção internas de forma a atrair investimento. Tentar forçar os preços para baixo destes valores é totalmente insustentável e só agrava a dependência das importações, o que conduzirá a um aumento descontrolado dos preços no futuro. **Para que a protecção aduaneira funcione, é evidente a necessidade de taxas de câmbios estáveis, não de taxas de câmbio que subsidiem as importações. A melhor forma de forçar a redução dos preços consiste na gestão controlada dos preços de importação, através de taxas aduaneiras. Em períodos de crise extrema a REA pode servir de estabilizador do abastecimento impedindo a especulação.**

Não há alternativa, temos de viver um período longo com preços acima dos que se obteriam através da importação até melhorarmos a nossa competitividade!